

ANAIIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS

TERCEIRA SESSÃO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA
DE 3 DE AGOSTO A 1 DE SETEMBRO DE 1888

VOLUME IV

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1888

ÍNDICES ¹
DAS
MATÉRIAS CONTIDAS NESTE VOLUME

CORRESPONDÊNCIA

Do **Ministério da Fazenda.** – De 31 do mês findo, em resposta ao ofício n. 188 de 18 do mesmo mês, devolvendo informando o requerimento em que D. Maria Bárbara Martins de Albuquerque pede que o meio soldo que lhe compete, como viúva do coronel reformado Affonso de Albuquerque Mello, seja pago sem prejuízo da pensão concedida a seu marido por decreto de 20 de julho de 1837, com sobrevivência a ela. P. 2

Do **mesmo Ministério.** – Da mesma data, transmitindo o requerimento do 1º escriturário da Tesouraria das Alagoas, Antonio Teixeira Alves Pinheiro, no qual solicita perdão do pagamento de 856\$500, a que sujeitou o Tribunal do Tesouro Nacional, em consequência das diferenças encontradas nas remessas, para o mesmo Tesouro, de notas substituídas, quando serviu de tesoureiro interino da referida Tesouraria. P. 3

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – Da mesma data, transmitindo a proposta da companhia da Estrada de Ferro de Quarai a Itaqui, relativa ao prolongamento da mesma estrada até a margem do rio Camaquã, pouco além de São Borja. P. 3

Do **mesmo Ministério.** – De 2 do corrente, em resposta ao ofício n. 96, de 9 de junho do corrente ano, remetido as informações prestadas pela Inspeção Geral das Terras e Colonização sobre a média das despesas efetuadas com a imigração. P. 3

Do **Ministério da Justiça.** – Da mesma data, transmitindo a petição da Junta Comercial de Belém, solicitando a revogação do art. 5º parte 1ª do decreto n. 863 de 17 de novembro de 1851. P. 3

Do **Ministério do Império.** – De 3 do corrente, remetendo o requerimento em que o Dr. Manoel Odorico Mendes e José Antonio Ferreira Guimarães se propõem, mediante diversos favores, abrir duas ruas, partindo uma do lado setentrional da Casa da Moeda até a de Sant'Anna, e outra da rua do Conde d'Eu até a do Barão de Capanema, em frente a do Marquês de Pombal. P. 22

Do **Presidente da província do Ceará.** – De 18 do mês findo, transmitindo a representação que diversos habitantes do município do Ipu dirigem a esta Câmara, no sentido de ser autorizado o prolongamento da Estrada de Ferro do Sobral até o referido município. P. 22

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 3 do corrente, em resposta ao de n. 151 de 2 do mês findo, devolvendo informado o requerimento da companhia da Estrada de Ferro Central das Alagoas, que pede relevação da multa imposta pelo decreto n. 9245 de 19 de julho de 1884. P. 23

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 6 do corrente, comunicando que por aquela Câmara foi adotada e vai dirigir à sanção imperial a resolução que concede mais seis meses de licença ao desembargador da Relação de Belém, Constantino José da Sila Braga. P. 53

Do **mesmo.** – Da mesma data, comunicando que por aquela Câmara foi adotada e vai dirigir à sanção imperial a resolução que concede um ano de licença ao desembargador Joaquim Barbosa Lima. P. 53

Do **mesmo.** – De 6 do corrente, comunicando que por aquela câmara foi adotada e vai ser dirigida a sanção imperial a resolução que autoriza o governo a conceder ao desembargador da Relação de Cuiabá Luiz de Albuquerque Martins Pereira; um ano de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier. P. 88

Do **Ministério da Fazenda.** – De 7 do corrente, em resposta ao ofício de 5 do mês, findo, transmitindo as informações prestadas pelo Banco do Brasil acerca dos prejuízos sofridos pelo mesmo Banco deste a criação da sua carteira hipotecária. 88

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 3 do corrente, transmitindo o ofício da Presidência da província do Para, que acompanha o requerimento informado, em que o bacharel Heraclio Vespasiano Fiock Romano propõe-se contratar o serviço de desobstrução do porto da cidade de Belém, naquela província, mediante certas condições. P. 88

Do **mesmo Ministério.** – De 6 do corrente, em resposta ao ofício n. 250 de 29 de agosto do ano próximo passado, transmitindo informações acerca a emenda n. 66 F, apresentada ao orçamento da fazenda, que autoriza o governo a indenizar ao bacharel Bento José da Costa pela perda do privilégio que tinha para exploração, uso e gozo da estrada de ferro do Recife a Caruaru. P. 88

Do **Sr. deputado João Henrique.** – Datado de hoje, comunicando que, tendo falecido sua avó, não pôde comparecer às sessões, por achar-se de nojo. P. 111

Do **Ministério do Império.** – De 7 do corrente, em resposta ao ofício n. 13 de 21 de Maio último, remetendo um exemplar do “Segundo relatório da Comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro” e informando que foram transmitidos ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas todas as plantas e planos acerca da retificação e alargamento da rua Sete de Setembro; outrossim que foram enviados ao mesmo ministério, por ser objeto de sua competência, os requerimentos de José Luiz Caminada e outro de engenheiro Tito Barreto Galvão, a fim de ser satisfeita a requisição desta Câmara. P. 111

Do **mesmo Ministério.** – De 8 do corrente, em resposta ao ofício de 6 do corrente, comunicando que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, ficou inteirada das pessoas que compõem a Mesa desta Câmara no 4º mês da atual sessão. P. 112

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 9 do corrente, enviando o requerimento em que a Companhia Sorocabana solicita garantia de juros de 5% em ouro ou 7% em moeda corrente para o prolongamento da sua linha férrea de Botucatu ao ponto navegável do rio Paranapanema, a baixo da sua confluência com o rio Tibagi, na razão máxima de 30:000\$ por quilômetro, e bem assim privilégio por 15 anos para navegação por vapor daquele rio, a partir do ponto terminal do referido prolongamento. P. 112

Do **mesmo Ministério.** – De 31 de Julho findo, em resposta ao ofício de 18 do mesmo mês, enviando todas as propostas e respectivas informações, referentes as obras do cais de Santos, ultimamente publicadas no *Diário Oficial* por ordem daquele Ministério. P. 112

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 9 do corrente, comunicando que por aquela Câmara foi adotada e vai ser dirigida à sanção imperial a resolução que concede um ano de licença ao juiz de direito João da Cunha Pereira Beltrão. P. 114

Do **mesmo.** – De igual data, fazendo idêntica comunicação em relação à resolução que autoriza o governo a conceder ao cônego Diniz Affonso de Mendonça e Silva, vigário colado da freguesia de S. Francisco Xavier de Itaguaí, província do Rio de Janeiro, um ano de licença para tratar de sua saúde onde lhe convier. P. 114

Do **mesmo.** – De igual data, fazendo idêntica comunicação relativamente à resolução que concede a Joaquim Francisco do Nascimento um ano de licença com o ordenado somente de emprego de 2º escriturário da Tesouraria da Fazenda da Paraíba do Norte. P. 114

Do **Sr. Deputado Clarindo Chaves.** – Datado de hoje, comunicando que, por motivo de moléstia em pessoa de sua família, precisa retirar-se para o Amazonas, pelo que pede dispensa de comparecimento às últimas sessões deste ano. P. 138

Do **Ministério da Fazenda.** – De 11 do corrente, em resposta ao ofício n. 216, de 27 de julho findo, devolvendo, informado, o requerimento em que o diretor da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo solicita isenção de impostos para os bens que a dita escola adquirir. P. 138

Do **mesmo Ministério.** – Da mesma data, em resposta ao ofício de 20 do mês findo, remetendo o quadro comparativo da receita arrecadada nas principais Alfândegas do Império, nos primeiros semestres dos anos de 1887 e 1888. P. 138

Do **mesmo Ministério.** – De 13 do corrente, transmitindo o requerimento em que J. V. Hall, presidente da “Fábrica de Tecidos S. João e Bellamy” pede a elevação das taxas do canhamação, aniagem e outros tecidos de juta, próprios para sacos e para enfardar. P. 138

Do **Ministério do Império.** – De 14 do corrente, em resposta ao ofício n. 150 de 2 de julho findo, transmitindo as informações prestadas pela Presidência da província do Pará, sobre a execução das leis provinciais, relativas à elevação ao triplo do prazo do privilégio do contrato da estrada de ferro de Alcobaça; a despesa de 1:500\$ com a introdução de imigrantes para serem colocados à margem da referida estrada e a subvenção de 480:000\$ em 10 anos, para a navegação do Baixo Tocantins. P. 161

Do **mesmo Ministério.** – Da mesma data, transmitindo cópia do decreto de 8 do corrente mês, pelo qual mandou-se reverter à Baronesa de São Borja, sem prejuízo do meio soldo que percebe, a pensão de 2:000\$ anuais, que recebia seu falecido marido, o tenente general Barão do mesmo nome. P. 161

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 14 do corrente, transmitindo o requerimento em que a companhia da estrada de ferro Barão de Araruama pede a garantia de juros de 6% para o capital máximo de 2.500:000\$ necessário ao prolongamento da respectiva linha férrea pelo município de Santa Maria Magdalena, na extensão provável de 70 a 80 quilômetros. P. 162

Ministério da Justiça. – De 14 do corrente, em resposta ao ofício n. 239, de 8 de este mês, devolvendo informado o requerimento em que o desembargador da Relação de Belém, Casemiro do Senna Madureira, pede um ano de licença com ordenado para tratar de sua saúde. P. 163

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 20 do corrente, remetendo o projeto daquela Câmara, sobre Bancos de emissão. P. 177

Do **mesmo**. – De 17 do corrente, comunicando haver constado aquela Câmara ter sido sancionada a resolução da Assembleia Geral que aprovou o decreto de 20 de novembro de 1886, elevando a pensão de Felizardo José da Silva a 500 réis diários. P. 177

Do **Ministério do Império**. – De 20 do corrente, em resposta ao ofício de 9 do corrente mês, comunicando que Sua Alteza a Princesa Imperial regente se digna receber no dia 21 deste mês, à 1 hora da tarde, no Paço da cidade, a deputação que tem de apresentar a mesma Augusta Senhora os decretos da Assembleia Geral que fixam as forças de mar e terra para o exercício de 1889. P. 177

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. – De 17 do corrente, em resposta ao ofício n. 186 de 18 de julho último, declarando que o Governo Imperial entende ser de conveniência para o serviço público que a catequese fique a cargo das províncias, com os recursos financeiros votados anualmente pelo Corpo Legislativo, e que aceito este alvitre, deve o suplicante Thomaz de Figueiredo Rocha, a que se refere àquele ofício, se dirigir à Presidência da Bahia. P. 177

Do **Ministério do Império**. – Datado de hoje, em resposta ao ofício n. 261, de ontem, declarando que, se a deputação desta Câmara quiser cumprimentar Sua Majestade o Imperador a sua chegada a bordo, encontrará no Arsenal de Marinha no dia 22, às 6 horas da manhã, os necessários meios de transporte, de outra sorte participará o mesmo Ministério o dia, lugar e hora, logo que àquele Augusto Senhor os designar. P. 206

Do **Sr. Dr. Firmino Licínio da Silva Soares**. – De 27 de Julho do corrente ano, comunicando que naquela data assumiu a administração da província Piauí, na qualidade de seu 1º vice-presidente, em substituição do Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro, que retirou-se para o Maranhão. P. 206

Do **Sr. Dr. Pedro Francisco Corrêa de Oliveira**. – De 9 do corrente, comunicando haver assumido naquela data a presidência da província da Paraíba, que foi transmitida a S. Ex. pelo Sr. Dr. Francisco de Paula Oliveira Borges. P. 206

Da **presidência da província do Rio de Janeiro**. – De 20 do corrente, transmitindo dois exemplares do relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da primeira sessão da 27ª legislatura. P. 206

Do **presidente interino do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura**. – De 21 do corrente, oferecendo 120 exemplares do 4º número do ano próximo passado da Revista Agrícola daquela associação, contendo o relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pela aplicada ao fabrico do açúcar. P. 206

Do **Ministério do Império**. – De 21 do corrente, em resposta ao ofício de 20 de junho último, devolvendo informado o requerimento em que os adjuntos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pedem ser nomeados lentes catedráticos independentemente de concurso. P. 251

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas**. – Da mesma data, em resposta ao ofício n. 198 de 20 de julho último, informando acerca da pretensão do Dr. Richard Flint Welby. P. 251

Do **mesmo Ministério**. – Da mesma data, em resposta ao ofício de 18 do corrente, devolvendo informado o requerimento em que Leopoldo Cabral pede pagamento de vencimento a que se supõe com direito com ex-auxiliar da comissão dos açudes de Quixadá. P. 251

Do **Sr. Dr. José Cesario de Miranda Monteiro de Barros**. – De 18 do corrente, remetendo um exemplar do relatório com que o Exmo. Sr. 1º vice-presidente da província das Alagoas,

Manoel Gomes Ribeiro, passou a S. Ex. a administração da mesma província, no dia 10 de julho próximo findo. P. 252

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 24 do corrente, comunicando haver constado aquela Câmara terem sido sancionadas as seguintes resoluções:

1ª, autorizando o governo a prorrogar por mais seis meses, com ordenado, a licença concedida ao desembargador Constantino José de Belém;

2ª, autorizando o conceder ao desembargador da Relação de Cuiabá, Luiz de Albuquerque Martins Pereira, um ano de licença com o respectivo ordenado;

3ª, autorizando o governo a conceder ao bacharel Joaquim Barboza Lima, desembargador da Relação de Goiás, um ano de licença com ordenado para tratar de sua saúde. P. 307

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – Da mesma data, em resposta ao ofício de 15 de julho último, devolvendo informado o requerimento da Câmara Municipal de Uruguaiana, que pede lhe seja concedido como patrimônio o território em que está edificada a mesma cidade e o das ilhas adjacentes. P. 307

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 25 do corrente, comunicando haver constado aquela Câmara ter sido sancionada a resolução que autoriza o governo a conceder um ano de licença, com a respectiva cônica, ao cônego Diniz Affonso de Mendonça e Silva, vigário colado da freguesia de S. Francisco Xavier de Itaguaí. P. 308

Do **Ministério da Guerra.** – De 21 do corrente, transmitindo o autógrafo do decreto sancionado da Assembleia Geral, fixando as forças de terra para o ano financeiro de 1889. P. 308

Do **Ministério da Fazenda.** – De 24 de Setembro do ano passado, em resposta ao ofício n. 247 de 26 de agosto do mesmo ano, devolvendo informado o requerimento em que o coronel Gabriel Marques Cantinho, ex-coletor das rendas gerais da capital de São Paulo, pede pagamento de juros de quantia que indebitamente entrou para os cofres públicos, e mais o que lhe foi cobrado por custas. P. 308

Do **mesmo Ministério.** – De 24 do corrente, transmitindo informado o requerimento em que o solicitador dos Feitos da Fazenda da província de Mato Grosso, Mariano Trajano da Silva Juruena, pede ser elevado o respectivo vencimento de 375\$ a 600\$ anualmente. P. 308

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 27 do corrente, em aditamento ao ofício n. 14 de 31 de julho próximo passado, transmitindo o requerimento em que diversos negociantes de S. Borja pedem que seja prolongada, até a mesma cidade ou suas imediações, a estrada de ferro de Quaraí a Itaqui. P. 334

Do **Ministério do Império.** – Datado de hoje, em resposta ao ofício n. 261 de 20 do corrente, declarando que Sua Majestades Imperiais receberão amanhã, 29, as 5 horas da tarde, no paço de S. Christovão, a deputação que os tem de felicitar seu regresso. P. 334

Do **mesmo Ministério.** – De 27 do corrente, em resposta ao ofício de 17 deste mês, devolvendo, informado, o requerimento em que Luiz Francisco de Barros, conservador do gabinete de trabalhos gráficos do 1º ano do curso geral e do 1º 2º e 3º do de engenharia civil da mesma escola, pede ser aposentado. P. 348

Do **Ministério da Fazenda.** – De 28 do corrente, em resposta ao ofício n. 189 de 18 de julho próximo findo, devolvendo, informado, o requerimento em que D. Anna Amelia de Miranda Trindade pede remissão da dívida em que se acha para com a Fazenda Nacional, proveniente da taxa de escravos. P. 348

Do **Ministério do Império.** – Datado de hoje, remetendo cópia do decreto de ontem, pelo qual Sua Majestade o Imperador Houve por bem prorrogar a atual sessão da Assembleia Geral até ao dia 15 de setembro próximo vindouro. P. 383

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 27 do corrente, em resposta ao ofício de 12 de julho próximo passado, transmitindo a informação ministrada pela Inspetoria Geral das Obras Públicas relativamente a construção de uma galeria de águas pluviais na rua Malvino Reis, solicitada àquele Ministério por diversos proprietários e moradores da mesma rua. P. 383

Do **Sr. 1º Secretário do Senado.** – De 30 de Agosto findo, comunicando haver constado aquela Câmara ter sido sancionada a resolução, que autoriza o governo a conceder ao bacharel João da Cunha Pereira Beltrão, juiz de direito de Caçapava, um ano de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde. P. 404

Do **Ministério da Marinha.** – De 29 do mesmo mês, devolvendo um dos autógrafos sancionados do decreto da Assembleia Geral, que fixa a força naval ativa para 1889. P. 404

Do **Ministério da Guerra.** – De 27 do mesmo mês, transmitindo o requerimento e mais papéis em que o capitão do 9º batalhão de infantaria Sergio Tertuliano Castello Branco pede que se faça extensivo aos oficiais comissionados em postos superiores aos das respectivas patentes, pelo general em chefe do exército em operações contra o governo do Paraguai, o favor concedido pelo decreto n. 3356 de 6 de junho do corrente ano aos oficiais promovidos por atos de bravura. P. 405

Do **Ministério da Fazenda.** – De 30 do mesmo mês, em resposta ao ofício n. 236 de 8 também do mesmo mês, devolvendo informado o requerimento em que D. Anna Rosa da Serra e Oliveira pede o meio soldo do seu finado pai, o alferes reformado do exército Lupercio Francisco da Serra Martins. P. 405

Do **Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** – De 30 do mesmo mês, em aditamento ao ofício n. 10 de 27 de julho do corrente ano, transmitindo cópias da petição do cessionário da estrada de ferro do Corcovado, relativa à autorização para construir casas em uma zona de um quilômetro para cada lado da linha, e das informações que a respeito prestaram o engenheiro-chefe da fiscalização dos carris urbanos e o inspetor geral das Obras Públicas da Corte. P. 405

REQUERIMENTOS APRESENTADOS POR DEPUTADOS E SOBRE OS QUAIS NÃO HOVE RESOLUÇÃO DA MESA

Do **Sr. Affonso Celso.** – Requeiro que, pelo Ministério do Império, preste o governo as seguintes informações:

Quais as últimas notícias recebidas sobre o estado de saúde de Sua Majestade o Imperador?
Quando partirá Sua Majestade da Europa?

É exato que, depois de marcado o dia do regresso, foi adiado a conselho do Dr. Charcot?

Está Sua Majestade completamente restabelecido, de modo poder reassumir em breve as suas funções soberanas. P. 6

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Requeiro que o governo, por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda, informe:

- 1.º Se tem conhecimento dos vexames sofrido, em Santos pela corporação de práticos da barra e do porto dessa cidade;
- 2.º Se a guardamoria da Alfândega está autorizada a declarar, em documento público, que toda a corporação de práticos é contrabandista;
- 3.º Se os práticos suspeitos de contrabandistas sofreram processo regular;
- 4.º Se existem em poder do governo cópias das representações que os práticos têm dirigido a Inspetoria da Alfândega, protestando contra os vexames de que são vítimas, e quais as decisões tomadas pela Alfândega a semelhante respeito. P. 6

Do Sr. Custodio Martins. – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo quais as medidas tomadas para impedir a vagabundagem dos libertos, nas margens das estradas de ferro, tendo sido já alguns mortos e feridos pelas máquinas das locomotivas. P. 24

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, preste o governo todas as informações sobre o encanamento pelo estado da companhia do Mucuri. P. 24

Requeiro que o Sr. Ministério da Fazenda informe que providências tem tomado o governo para que seja nomeado quanto antes coletor das rendas gerais do município de Ponte Nova, província de Minas Gerais, lugar este que se acha vaga pelo desaparecimento do coletor. P. 24

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo qual a razão de ordem pública que tem impedido a nomeação de professor da cadeira de higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. P. 24

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo quais os motivos de ordem econômica que impedem a criação de núcleos coloniais no município de Manhauçu, província de Minas Gerais. P. 24

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo se tem conhecimento de perseguições exercidas pelo guarda-mor da Alfândega de Santos contra seus subordinados. P. 24

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se está revogado o decreto nº 9015 de 15 de setembro de 1883; e no caso negativo, se o atual inspetor do Arsenal de Marinha do Para pode exercer simultaneamente o lugar de fiscal, na mencionada província, de navegação subvencionada pelo Estado. P. 24

Do Sr. Rodrigues Peixoto. – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Fazenda, o que lhe consta a respeito das perseguições que a guardamoria da Alfândega de Santos, de acordo com a inspetoria dessa repartição, tem demonstrado contra a guarda Manoel Lopes de Carvalho Moraes. P. 24

Requeiro que o governo informe por intermédio do Ministério do Império, se tem conhecimento do projeto de lei pelo qual a Assembleia Provincial de Minas Gerais, sem atenção ao que dispõe a lei de 19 de Maio de 1843, praticou ato de posse na província do Rio de Janeiro, criando uma aula do sexo masculino, segundo se lê na Folha de Minas de 15 de Julho do corrente ano, no lugar denominado de Santa Clara, pertencente à freguesia do Senhor Bom Jesus de Itabapoana, cujos limites, até hoje reconhecidos, vão até a serra da Caiena, onde começam os da província de Minas Gerais, serra aquela que demora meia légua além da povoação de Santa Clara. P. 24

Do Sr. Affonso Celso. – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de um conflito havido entre colonos da fazenda de Antonio da Costa, em Corumbataí, município do Rio Claro, província de São Paulo. Consta que a força pública, encarregada de restabelecer ali a ordem, espancou barbaramente um dos colonos que se entregara à prisão. Iniciando o delegado do Rio Claro processo contra os soldados da escolta e respectivo comandante, corre que este insubordinou-se, desrespeitando aquela autoridade e dando ordem às praças para resistirem. P. 54

Noticiam jornais conceituados de São Paulo que o Ministério da Agricultura acaba de suspender os trabalhos da comissão de discriminação e medição de terras do vale do Paranapanema, com intuitos exclusivamente eleitorais. Requeiro que, pelo mencionado Ministério, informe o governo o que há de exato a respeito. P. 54

Requeiro que, pelo Ministério da fazenda, informe o governo qual a razão por que não aprova os Estatutos do Banco do Brasil, que há longo tempo lhe foram submetidos. P. 55

Requeiro que, pelos Ministérios da Guerra e do Império, informe o governo se tem conhecimento de que o presidente da província do Amazonas invadiu à meia-noite o quartel do 3º batalhão, estacionado em Manaus, mandando abrir o xadrez sem a presença do oficial de serviço; e, no caso afirmativo, se acha regular este procedimento. P. 55

Do **Sr. Alves de Araujo.** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, seja a Câmara informada se houve qualquer ataque de índios a vila do Rio Negro, na província do Paraná; e, no caso afirmativo, quais as consequências e providências tomadas. P. 55

Do **Sr. Affonso Celso.** – Apesar de ter sido julgado improcedente o processo de responsabilidade instaurado contra os vereadores do município de S. Simão, província de São Paulo, consta que continuam a funcionar ali os que os substituíram durante a supressão motivada pelo progresso.

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste o governo informações a respeito. P. 89

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se continua na delegacia de polícia da cidade de Vassouras o cidadão Paulino José Gomes da Costa, que tem dado provas de nenhuma idoneidade para o cargo que ocupa. P. 89

Do **Sr. João Penido.** – Requeiro que se peça ao Sr. Ministro da Fazenda informe o motivo por que o Banco do Brasil excluiu a província de Minas Gerais do convite feito às províncias de São Paulo e Rio de Janeiro para apresentarem proposta de empréstimo a lavoura. P. 89

Do **Sr. Custodio Martins.** – Requeiro que o governo informe em virtude de que lei o Ministério da Agricultura tem admitido um grande número de adidos àquela repartição, e por que verba são eles pagos. P. 89

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas, informe o governo se já está em execução em minas Gerais o novo regulamento sobre correios e, no caso afirmativo, qual a razão de na cidade da Ponte Nova continuar o agente a cobrar o porte de jornais, de acordo com o regulamento antigo. P. 89

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informe o governo:

1.º Qual o número de colonos estrangeiros introduzidos na província de Minas durante o exercício de 1888;

2.º Em que zonas da província têm de preferência sido colocados os imigrantes. P. 89

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo a que quantia sobe o alcance verificado na coletoria da cidade de Ponte Nova e se há ordem de prisão contra o coletor evadido. P. 89

Requeiro que o governo informe se o Sr. Ministro do Império continua no pensamento de não nomear nenhum dos candidatos que concorreram aos lugares de professor de higiene e adjunto de terapêutica e matéria medica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. P. 89

Do **Sr. Pedro Luiz.** – Requeiro, por intermédio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cópia das informações prestadas pela presidência do Rio de Janeiro a respeito do prolongamento da Estrada de Ferro do Norte até ao Porto das Caixas. P. 116

Requeiro, por intermédio do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

1.º Entende o governo que os auxílios ultimamente prestados ao Banco do Brasil e parte da lavoura de algumas províncias dispensam a conversão em lei do projeto do Poder Executivo sobre bancos regionais?

2.º Porque não tem sido dada para ordem do dia esta proposta? P. 116

Do **Sr. José Pompeu.** – Requeiro que, por intermédio do Ministério do Império, informe o governo:

- 1.º se tem conhecimento de haver o presidente da província do Ceará mandado pagar ajuda de custo a alguns dos membros eleitos para a Assembleia Provincial;
- 2.º Qual das duas mesas que se organizaram para dirigir os trabalhos legislativos requisitou o pagamento de ajuda de custo;
- 3.º se houve juramento deferido àqueles membros eleitos, e qual a autoridade eclesiástica que o deferiu;
- 4.º se para tal fim foi cumprida a disposição regimental;
- 5.º Finalmente, se tem comunicação do mesmo presidente de haver, com o pagamento de ajuda de custo a alguns dos eleitos, resolvido uma das questões preliminares da verificação de poderes dos membros que devem compor a Assembleia em Outubro próximo, quando tem de reunir-se. P. 116

Do **Sr. Affonso Celso.** – Requeiro que, pelo Ministério do Império, preste o governo as seguintes informações:

Quantas eleições para presidente e vice-presidente têm tido lugar na câmara municipal de Santos, província de São Paulo?

É exato que uma das eleições havidas foi anulada pelo fato de haver um vereador votado em se mesmo? No caso afirmativo, qual a disposição de lei que proíbe? P. 116

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo se é exato que se acha em alcance para com a Fazenda Pública o coletor da cidade de Salinas, na província de Minas Gerais. P. 116

Requeiro que, pelo Ministério de Estrangeiros, se requirite do governo cópia das comunicações oficiais recebidas acerca da prisão efetuada por autoridades da República do Peru, do comandante do vapor *Araguaia* da companhia *Pará e Amazonas*. P. 116

Do **Sr. Domingues da Silva.** – Requeiro que o governo preste, pelo Ministério da Justiça, as seguintes informações:

- 1.º havendo nos arquivos da Secretaria da Justiça algumas notas a respeito dos juizes municipais, conforme declaração do respectivo Ministro, se há alguma em contrário ao seguinte atestado fornecido pelo juiz de direito do Turiaçu, em Maranhão, Dr. João Francisco Poggi de Figueiredo, ao juiz municipal Dr. Torquato Tasso Coelho de Souza: “Reportando-se aos feitos que tem vindo as minhas mãos, atesto que o suplicante Dr. Torquato Tasso Coelho de Souza tem exercido o seu cargo satisfatoriamente e com inteligência, zelo e honestidade.”
- 2.º No caso afirmativo, se o nobre Ministro mandou ouvir o “acusado para não surpreendê-lo com grande vexame e escândalo”, como consta ao nobre Ministro que já tem sucedido. P. 139

Do **Custodio Martins.** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se têm conhecimento dos novos distúrbios e incêndios que se tem repetido na paróquia de Paulo Moreira, em Minas Gerais; e, no caso afirmativo, se não pretende o governo tomar providências enérgicas para a punição dos autores daqueles revoltantes atentados. P. 139

Do **Sr. Affonso Celso.** – Atendendo a instantes reclamações da tribuna e da imprensa, demitiu o governo do cargo de delegado de polícia do Grão-Mogol, província de Minas Gerais, o alferes Rufiniano de Moura Amorim, que, com o juiz de direito interino da comarca, praticara as maiores tropelias contra a população. Entretanto, aquele individuo, nomeado alias para outra cidade do mesmo distrito eleitoral, depois de receber comunicação oficial da sua exoneração, conservou-se no Grão-Mongol exercendo autoridade e recusando-se ostensivamente a obedecer a ordem superior.

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento deste abuso, e, no caso afirmativo, que providências foram tomadas para o punir. P. 139

O Jornal do Amazonas que se publica em Manaus tem dado a lume contra a administração do padre Amancio, vice-presidente da província daquele nome, uma longa série de acusações gravíssimas, narrando fatos que, a serem verídicos, reclamam enérgicas providências do governo geral.

Requeiro que, pelo Ministério do Império, preste o governo informações a respeito. P. 180

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura informe o governo se é exato achar-se prorrogado o prazo da concessão da companhia de bondes de Botafogo. P. 180

Do Sr. Pedro Beltrão. – Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo se malogrou-se a negociação entabulada com o Banco do Brasil para fazer empréstimos a lavoura de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte; e, no caso afirmativo, se pretende o governo privar aquelas províncias das vantagens outorgadas a São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. P. 180

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério do Império, as seguintes informações:

- 1.º Quadro demonstrativo dos presidentes nomeados para cada uma das províncias do Império depois da independência até hoje, discriminando-se o tempo de administração de cada um deles.
- 2.º Quadro das administrações interinas das províncias, no mesmo espaço de tempo. P. 180

Do Sr. Rodrigues Peixoto. – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério do Império, se o presidente da província do Rio de Janeiro tem conhecimento do conflito grave que se originou entre a Câmara Municipal da cidade de Campos e o corpo do comércio; em consequência de aumento exagerado de impostos em uma quadra aflitiva, quando todas as classes sofreram uma grande redução nas suas fortunas e nos seus recursos, conflito esse que obrigou o mesmo comércio a tomar o compromisso de fechar as suas portas se não forem atendidas as suas justas reclamações. P. 206

Do Sr. Pedro Beltrão. – Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo quais as providências que tem ou vai adotar para amparar a Santa Casa da Misericórdia do Recife em luta com as maiores dificuldades. P. 206

Do Sr. Coelho Rodrigues. – Requeiro que se peça ao governo, por intermédio do Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda, que informe:

- 1.º A quanto montaram todas as despesas feitas com a guerra do Paraguai incluindo-se nelas o custo dos armamentos, munições e vasos de guerra comprados, ou feitos durante ela;
- 2.º A quanto montam as despesas feitas com as pensões concedidas aos militares e às respectivas famílias, por ocasião da mesma guerra;
- 3.º A quanto monta a despesa anual que ainda se faz com as referidas pensões. P. 206

Requeiro que se solicite do governo por intermédio do Presidente do Conselho e Ministério da Fazenda, que informe quanto se tem despendido, desde o exercício de 1845 a 1846, até ao último liquidado, com a colonização estrangeira, estabelecida no Império por conta ou com auxílio do Estado, e, se consta aquele Ministério, quantos colonos têm sido introduzidos até hoje, mediante aquela despesa. P. 207

Requeiro que se solicite do governo, por intermédio do Ministério de Estrangeiros, que informe o que constar da sua secretaria, sobre as causas que precederam e determinaram o rompimento da República do Paraguai, em 1864, com o governo do Brasil, e se então havia algum negócio ou reclamação pendente entre os dois governos. P. 207

Do **Sr. Affonso Celso.** – Requeiro que, pelos Ministérios do Império e da Guerra, informe o governo se tem conhecimento desta ordem do dia, publicada nos jornais de Manaus, província do Amazonas:

“Quartel do comando das armas interino do Amazonas, Manaus, 30 de Julho de 1888. – Ordem do dia n. 11. – Determino que sofram três dias de rigorosa prisão o comandante da guarda do quartel do 3º batalhão de artilharia a pé e soldado que se achava de sentinela das 11 para 12 horas da noite de 27 para 28 do corrente, por terem consentido a entrada de pessoas estranhas no interior do quartel e aberto o xadrez do batalhão sem a presença do oficial do estado-maior ou do major comandante interino, que ali se achavam e onde residem. Declaro por esta ocasião que a simples correção que imponho a essas praças está muito aquém da que mereciam pela gravidade das faltas cometidas, mas atende terem elas sido praticadas por ignorância e obedecendo a uma ordem de. S. Ex. o Sr. presidente da província que ali se apresentou em pessoa, não obstante em caráter particular. Outrossim, que em virtude do ofício da presidência da província n. 19, de hoje, fica à disposição da mesma presidência o Sr. capitão do 3º batalhão de artilharia a pé Antonio Maria de Albuquerque O’ Connell Jersey, que por este fato deixa o cargo de secretário interino deste comando, ficando dispensado de todo o serviço militar. Ao Sr. capitão O’ Connell louvo e agradeço o zelo, atividade e interesse que demonstrou pelo serviço público. Assumirá o cargo de secretário interino cumulativamente ao do ajudante de ordens que exerce, o Sr. 2º tenente Eduardo Gonçalves Ribeiro. – (Assinado) O coronel, Candido José da Costa. ”

Requeiro mais que se requirite do Ministério da Guerra cópia dos ofícios dirigidos pelo comandante das armas do Amazonas ao quartel-general do exército, e especialmente da ata do conselho de investigação a que se procedeu em razão dos fatos constantes da ordem do dia em questão. P. 207

Do **Sr. Zama.** – Requeiro que o presidente da Câmara nomeie uma comissão especial de três membros, a quem seja endereçada a representação dirigida ao Poder Legislativo pelo engenheiro Gregorio Thaumaturgo de Azevedo. P. 251

Do **Sr. Bulhões Carvalho.** – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Fazenda, se solicite cópia dos pareceres do Tesouro sobre o pagamento das últimas despesas feitas com a imigração para a província de São Paulo, e informação do governo sobre o estado atual da respectiva verba orçamentária, declarando se houve excesso na despesa e, no caso contrário, qual o saldo existente. P. 252

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Fazenda, o governo informe:

1.º se já recebeu a representação enviada pela associação comercial da cidade de Campos, reclamando contra a execução do regulamento mandado executar pelo decreto n. 9870 de 22 de Fevereiro de 1888, que aumentou, de um modo fabuloso, os impostos de profissão e indústria, principalmente para a província do Rio de Janeiro, quando foi esta uma das mais prejudicadas com as últimas medidas legislativas.

2.º se não pensa em mandar efetuar essa cobrança, de conformidade com o decreto n. 6980 de 20 de Julho de 1878, suspendendo o regulamento acima referido, até que as indústrias se restabeleçam do abalo que sofreram, habilitando-se a pagar taxas mais elevadas; P. 252

Do **Sr. Custodio Martins.** – Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informe o governo se não julga conveniente ordenar à comissão de terras do município de Manhuaçu que se ocupe desde já na divisão das terras do Estado em pequenos lotes para a colocação de colonos nacionais e estrangeiros. P. 252

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo qual a razão de não ter sido até hoje nomeado o agente do correio para a paróquia de S. Simão, no município de Manhuaçu, província de Minas Gerais. P. 252

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo quando pretende nomear presidente para a província de Minas Gerais, e se é regular esperar o encerramento das Câmaras, para fazer esta nomeação. P. 252

Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo qual a razão de não ter sido nomeado pela Presidência de Minas Gerais delegado de instrução pública para a paróquia de S. João de Matipó, no município da Ponte Nova, província de Minas Gerais. P. 252

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da fazenda, as seguintes informações:

Qual a razão por que não foram ainda aprovados os estatutos organizados pelo Banco Mercantil e Territorial de Minas para sua carteira hipotecária?

Não pensa o governo que convém facilitar a organização de estabelecimentos de crédito territorial, nos termos da legislação vigente, para auxiliar a lavoura na crise que atualmente atravessa? P. 308

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Ministério da Fazenda, quanto se tem pago, por ordem do Ministério da Agricultura, a Associação Promotora da Colonização de São Paulo, desde a sua fundação. P. 309

Do **Sr. Ribeiro da Cunha.** – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, informe o governo sobre os motivos que determinaram a não recondução do bacharel Joaquim Ribeiro Gonçalves, no cargo de juiz municipal do termo de S. Francisco, província do Maranhão. P. 313

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro que se requisite do governo, pelos Ministérios da Justiça e do Império, as seguintes informações:

Quantas nomeações têm sido feitas para a guarda nacional do Pará desde 1 de Maio de 1886 até hoje.

Quantas condecorações e títulos nobiliárquicos têm sido concedidos aos cidadãos residentes na mesma província, naquele espaço de tempo. P. 335

Do **Sr. Sebastião Mascarenhas.** – Requeiro que informe o governo, pelo Ministério do Império, se está agraciado com a dignitária da ordem da Rosa o Conde Vetzthum d'Ockstett, couteiro do Sr. Duque de Saxe. P. 335

Do **Sr. Affonso Celso.** – Há longos meses efetuou-se concurso para o preenchimento de uma vaga de lente da Faculdade de Direito do Recife, sobressaindo, na opinião acorde dos competentes, o candidato Martins Junior, moço de superior talento e profundo estudo. O governo, porém, não fez a nomeação, constando que se acha constrangido por imposições de influências políticas que indicam outro concorrente. A demora é obviamente inconvenientíssima.

Requeiro que o Ministério do Império preste informações a respeito. P. 335

Consta que há dezenas de cargos exercidos por funcionários interinos nas diversas repartições do Ministério do Império.

Requeiro que o dito Ministério informe quais e quantos são esses cargos, desde quando acham-se vagos, quais os motivos que impedem o seu preenchimento efetivo e se a demora não traz inconvenientes ao serviço público. P. 335

Do **Sr. Coelho Rodrigues.** – Requeiro que se peça ao governo, por intermédio do Ministério da Justiça, que informe:

1.º se existe pendente recurso de graça interposto por Augusto Antonio da Silva e outros co-réus condenados no processo que por crime de injúria moveu-lhes o vigário Luiz Ignacio

Taques Bittencourt, e, no caso afirmativo, o teor das informações que devem ter acompanhado o mesmo recurso;

- 2.º Qual o motivo da prisão do súdito italiano José Malito, negociante, residente em Campinas, da província de São Paulo, e preso naquela cidade em 19 do mês próximo passado;
- 3.º Quem o prendeu, a ordem de quem, a que horas e em que lugar;
- 4.º Se teve nota da culpa, quanto tempo esteve preso, quando foi solto, a ordem de quem e por que motivo. P. 350

Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura ou do Império, solicite-se do governo em que informe se foi-lhe apresentado um plano de saneamento da capital do Império, organizado pelo Dr. Americo de Castro, se sobre o mesmo plano foi ouvido o Sr. Révy; e, no caso afirmativo, que remeta a esta Câmara uma cópia do plano e outra do parecer. P. 350

Do Sr. Affonso Penna. – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, as seguintes informações:

- 1.º Qual a razão da demora havida na expedição do café que é levado às estações da estrada de ferro Leopoldina para ser despachado com destino a Corte;
- 2.º Se por qualquer modo a estrada de ferro D. Pedro II concorre para essa demora, não ativando o embarque do café recebido daquela estação na estação do Porto Novo do Cunha. P. 350

Do Sr. Affonso Celso. – Noticiam os jornais de hoje que a *Sociedade Propagadora das Belas Artes*, vendo desatendidas representações que dirigiu ao Sr. Ministro do Império, resolveu liquidar, fechando as aulas do *Liceu de Artes e Ofícios* que, há 32 anos, funciona nesta capital, ministrando instrução a milhares de pessoas.

Requeiro do Ministério respectivo informações a respeito. P. 350

Do Sr. Affonso Penna. – Lê-se no *Diário Oficial* n. 217 de 7 do corrente o seguinte:

Por decreto de 18 do passado, foi nomeado para a guarda nacional das comarcas do Bananal e Areias, na província de São Paulo:

Major ajudante de ordens do comando superior, o cidadão José Luiz Nepomuceno, sendo, por portaria da mesma data, privado do dito posto, na forma do art. 65 da lei n. 602 de 19 de Setembro de 1850, José Ildefonso Pereira, por se haver, sem guia, mudado para fora das referidas comarcas.

Verificando-se, entretanto, que o motivo em que se basearam os decretos citados não é verdadeiro, como se prova pelo seguinte documento:

O Sr. major José Ildefonso Pereira teve guia nos seguintes termos:

O comendador Antonio José Nogueira, coronel comandante superior da guarda nacional das comarcas do Bananal e Areias, na província de São Paulo, etc.

Faço saber que, tendo o major José Ildefonso Pereira, ajudante de ordens e secretário geral deste superior comandando, requerido à Presidência da província guia de mudança para o município do Ribeirão Preto, comarca de S. Simão, onde fixou a sua residência, foi a sua petição deferida por despacho de 17 de Novembro próximo findo, em cumprimento do qual mandei passar-lhe a presente guia, na conformidade do art. 45 do decreto n. 1130 de 12 de Março de 1853. – Dos assentamentos relativos ao dito oficial conta ter sido alistado guarda nacional desde 15 de Fevereiro de 1874, desta comarca e paróquia do Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal, tendo sido nomeado para o posto de tenente de companhia e posteriormente para o de major ajudante de ordens e secretário geral deste comando, por decreto de 18 de Abril de 1880 e carta imperial de 21 de Junho do mesmo ano, do qual prestou juramento, depois de pagos os respectivos impostos. E para os devidos efeitos lhe é passada esta guia, que será apresentada com sua patente ao mais graduado chefe da guarda nacional do município em que o referido oficial fixou a sua residência. – Quartel do comando superior da guarda nacional das comarcas do Bananal e Areias, em 15 de Dezembro de 1887. – (Assinado) Antonio José Nogueira, coronel comandante superior.

Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Justiça, as seguintes informações: Pretende o governo manter os atos de 18 de Julho, mormente agora que produziram os efeitos políticos referentes à eleição senatorial de São Paulo, já finda? P. 384

Do **Sr. S. Mascarenhas.** – Requeiro que informe o governo, pelo Ministério do Império, que serviços prestou à humanidade, ou à nação, o barbeiro Espírito Santo Castro, da freguesia do Sacramento desta Corte, para ser nomeado cavalheiro da ordem da Rosa. P. 384

Do **Sr. Mac-Dowell.** – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Justiça, a Presidência da província do Pará informe se é exata a notícia dada em um jornal da mesma província sobre a falsificação da assinatura do tenente-coronel José Feliciano de Sena em uma proposta para nomeação de oficiais da guarda nacional do batalhão de seu comando. No caso afirmativo, que providências foram tomadas, quer quanto às nomeações nulas feitas em virtude da proposta falsa, quer quanto à responsabilidade criminal do autor da falsidade? No caso negativo, qual a proposta que serviu de base a tais nomeações, enviando cópia da mesma? E na hipótese de não ter havido, em que se fundou a Presidência para assim proceder? P. 384

Do **Sr. Affonso Celso.** – Ha tempos submeteu o governo a apreciação da congregação do Império Colégio de Pedro II as bases de um plano geral de reforma dos respectivos estudos. Contra tais bases manifestou-se, entre outros, o ilustre professor de filosofia do Internato, Dr. Sylvio Romero, que, em bem deduzida representação, demonstrou serem elas de todo inaceitáveis quanto àquela matéria e apresentou as que lhe pareciam exequíveis. Requeiro que o Ministério do Império informe o que se decidiu a respeito, e que destino teve a referida representação. P. 384

REQUERIMENTO DE DIVERSOS

Da **Sociedade Anônima Jardim Zoológico**, pedindo um auxílio pecuniário em benefício de sua empresa. P. 3

Do **Dr. Fernando Ferreira da Costa**, inspetor de saúde do porto do Pará, pedindo um ano de licença com os respectivos vencimentos. P. 3

Dos **diretores das companhias e fábricas de fiação e tecidos estabelecidas no Município Neutro**, pedindo isenção de imposto predial não só para os prédios em que funcionam as ditas fábricas, como para os em que habitam os operários. P. 3

De **Waldemiro Cavalcanti**, 4º anistia da Faculdade de Direito do Recife, pedindo para ser matriculado no 4º ano da mesma Faculdade, visto não ter pedido fazê-lo em tempo por motivo de moléstia. P. 22

De **Luiz Macario de Souza**, ex-cabo de esquadra reformado do 10º corpo de voluntários da paria, pedindo pagamento de pensão a que tem direito, em virtude da lei de 7 de Janeiro de 1865. P. 22

Do **Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho**, lente catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia e membro da Inspetoria de higiene, pedindo um ano de licença, com os respectivos vencimentos, para tratar de sua saúde. P. 22

De **D. Maria Clara de Moraes**, viúva do major reformado do exército José Joaquim Correia de Moraes, pedindo relevação da prescrição em que incorreu, a fim de receber a parte do meio-soldo a que se julga com direito. P. 22

De **Martiniano José Cardoso**, 1º escriturário da Tesouraria do Ceará, pedindo um ano de licença. P. 23

Do **engenheiro Carlos Euler e outro**, pedindo privilégio por 70 anos para construção de uma estrada de ferro do Porto Velho (província do Espírito Santo) à Natividade, passando pelo do porto Souza, no rio Doce. P. 88

Da **Viscondessa de Inhomirim**, pedindo uma pensão. P. 89

Dos **empregados da Recebedoria Geral da Bahia**, pedindo equiparação de vencimentos aos que percebem os empregados da Alfândega. P. 117

De **Tito Chaves**, pedindo pagamento da quantia de 10:883\$736 e os competentes juros de que é credor da Fazenda Nacional por fornecimentos feitos ao exército brasileiro em Corrientes. P. 138

De **D. Gertrudes da Pureza Leal**, pedindo relevação de prescrição, a fim de receber a parte da pensão a que tem direito em virtude do falecimento de sua mãe D. Mathilde Emilia de Vasconsellos Pinto Leal, desde a data do seu falecimento. P. 138

Da **Sociedade União dos fabricantes de bebidas alcoólicas**, pedindo a abolição do imposto de 50 réis de que trata o regulamento de 22 de Fevereiro deste ano. P. 138

De **Ozorimbo Carlos Correia Lemos**, pedindo que seja elevada a sua pensão. P. 138

De **José Rippol**, reclamando contra a disposição da lei provincial do Alagoas, n. 806 de 7 de Julho de 1882, como anticonstitucional. P. 161

De **José da Silva Porto**, carcereiro da cadeia da cidade de Caetité, província da Bahia, pedindo sua aposentadoria com o respectivo ordenado. P. 162

Dos **fiéis de armazém da Alfândega do Rio de Janeiro**, pedindo serem equiparados seus vencimentos aos dos 1º escriturários da mesma repartição. P. 177

De **Bento de Almeida Baptista**, solicitando o direito de desapropriação para o fim de alargar e prolongar as ruas do Senador Correia e Nova (ou Martins Ribeiro, e ao mesmo tempo pretextando contra a concessão feita a Antonio Lustosa Pereira Braga, pelo projeto em discussão n. 52 deste ano, que fere os direitos do suplicante. P. 178

Do **desembargador da Relação de Belém**, conselheiro José Antonio Rodrigues, pedindo um ano de licença para tratar de sua saúde. P. 206

Dos **engenheiros Jorge Mirandola Filho, Eduardo Everett Benest Percy e Murly Gotto**, pedindo isenção de direitos para importar diversos materiais e instrumentos que têm de ser utilizados em diversas obras na província do Rio de Janeiro. P. 334

Dos **ajudantes de fiéis de armazéns da Alfândega da Corte**, pedindo ser incluídos no quadro dos empregados de fazenda. P. 335

PROJETOS DE LEI SUBMETIDOS À DISCUSSÃO

N. 59 – 1888. – Da comissão de orçamento, fixando a despesa do Ministério d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o exercício de 1889. P. 12

- N. 53 – 1888.** – Da mesma comissão, fixando a despesa do Ministério da Guerra para o exercício de 1889. P. 44
- N. 49 – 1888.** – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, reduzindo de 22 a 12 % o imposto que paga a Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo da Corte pelos prédios que constituem o seu patrimônio. P. 61
- N. 72 A – 1887.** – Da mesma comissão, (oferecido como emenda ao de n. 122 de 1883) sobre bens de raiz até 100:000\$000, como patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Passos, em Minas Gerais. P. 95
- N. 19 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre dispensa das leis de amortização em favor da Santa Casa de Misericórdia da cidade da Cachoeira, província da Bahia, para constituir patrimônio em bens de raiz, até 500:000\$000. (Oferecido como emenda ao de n. 72 A de 1887). P. 96
- N. 18 – 1888².** – Da mesma comissão, sobre dispensa das leis de amortização, em favor da Santa Casa da Misericórdia da cidade de Leopoldina, em Minas Gerais, para construir patrimônio em bens de raiz. até 300:000\$ (Oferecido como emenda ao de n. 72 A de 1887). P. 97
- N. 41 A – 1888.** – Da mesma comissão sobre dispensa das leis de amortização, em favor da fábrica da igreja matriz da paróquia da cidade de Cataguazes, para poder possuir em moveis até 300:000\$ (Oferecido como emenda ao de n. 72 A de 1887). P. 97
- N. 57 – 1888.** – Da mesma comissão, concedendo licença por ano com respectivo ordenado ao Dr. João Pereira Monteiro, lente catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo. P. 97
- N. 58 – 1888.** – Da mesma comissão, concedendo licença ao desembargador da Relação de S. Luiz Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra (Oferecido como emenda ao de n. 57 de 1888). P. 97
- N. 63 – 1887.** – Da mesma comissão sobre alcance de Estansláu José de Freitas na Pagadoria Central do Rio Grande do Sul, a que está obrigada D. Maria da Gloria Barreto de Albuquerque, viúva do fiador Tristão José Pinto. P. 99
- N. 52 – 1888.** – Das comissões de administração provincial e municipal e de fazenda sobre a petição do engenheiro Antonio Lustoza Pereira Braga, relativa ao prolongamento das ruas das Laranjeiras e do Senador Côrrea. P. 104
- N. 108 – 1887³.** – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre relevação de prescrição para receber meio soldo, em favor de D. Filisberta Amelia de Abreu e Prado. P. 104
- N. 64 – 1888.** – Da mesma comissão sobre dispensa de lapso de tempo para receber montepio de Marinha em favor de D. Antonia Emilia da Silva Manta (Oferecido como emenda ao de n. 108 de 1887). P. 104

² Neste projeto foi convertido o de n. 55 de 1887.

³ Por não estarem compreendidos nas exceções do art. 143 do regimento, ficaram sujeitos estes dois projetos, ns. 108 e 64, a mais duas discussões (Veja a sessão de 20 de agosto, pág. 178 deste vol.)

- N. 70 – 1883.** – Da comissão de agricultura sobre a concessão de terras devolutas a John Steel e outros para a cultura da planta têxtil denomina *juta*. P. 106
- N. 35 – 1887.** – Do Sr. Barão de Canindé (sem parecer de comissão⁰ sobre responsabilidade das companhias de bondes ou quaisquer veículos de tração animada, pelos danos causados. P. 106
- N. 273 – 1882.** – Interpretativo da lei n. 463 de 2 de setembro de 1847. P. 123
- N. 66 – 1888.** – Da comissão de orçamento fixando a despesa do Ministério da Fazenda para o exercício de 1889. P. 133
- N. 60 – 1888.** – Da comissão de fazenda, sobre contagem de tempo ao capitão-tenente da Armada Antonio Calmon do Pin e Almeida. P. 123
- N. 45 – 1888.** – Da comissão de marinha e guerra, sobre antiguidade de posto ao capitão Ignacio Marques de Gouvêa (oferecido como emenda ao de n. 60 de 1888). P. 123
- N. 39 – 1888⁴.** – Da comissão de fazenda, sobre abertura de uma nova rua em frente à de Felipe Nery e alargamento da de S. Bento. P. 159
- N. 33 A – 1888.** – Da comissão de constituição e legislação, sobre repressão da ociosidade. P. 160
- N. 59 A – 1888.** – Da mesma comissão, com o parecer sobre emendas e aditivos oferecidos na 2ª discussão e perante a mesma comissão. P. 163

Projetos do Senado submetidos à discussão

- N. 4 A – 1888.** – Sobre fixação das forças de terra para o exercício de 1889. – (Emenda supressiva ao art. 3º do projeto n. 4 deste ano.). P. 63
- N. 9 C – 1888.** – Sobre fixação da força naval para o exercício de 1889. (Emendas aos arts. 5º e 6º do projeto n. 9 deste ano). P. 64
- N. 44 – 1888.** – Sobre aposentadoria de Avelino Severo de Carvalho e Gama (Emenda ao projeto n. 16 de 1887). P. 96

Projetos que ainda não foram discutidos, mas sobre os quais já há parecer das respectivas comissões

- N. 61 – 1888.** – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre montepio de marinha a D. Maria Paula de Oliveira. P. 5
- N. 62 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre isenção de imposto predial em favor do Montepio dos Artistas Cachoeiranos, da província da Bahia. P. 5
- N. 63 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre isenção de impostos em favor do Colégio dos Órfãos de S. Joaquim, na província da Bahia. P. 5

⁴ Neste projeto foi convertido o de n. 91 de 1887

N. 67 – 1888. – Da comissão de marinha e guerra, sobre melhoramento de reforma no sargento reformado do exército Sotero Joaquim de Almeida. P. 178

N. 69 – 1888. – Da comissão de fazenda, sobre licença ao Dr. Fernando Ferreira da Costa, inspetor de saúde do porto do Pará. P. 350

N. 70 – 1888. – Da comissão de orçamento, em que foi convertida a proposta do governo orçando a receita geral do Império para 1889. P. 405

Projeto do Senado

N. 68 – 1888. – Sobre bancos de emissão. P. 177

Projeto apresentado por deputado

N. 65 – 1888. – Pelo Sr. Joaquim Nabuco e outros. – Sobre reforma constitucional no sentido de tornar o Império uma monarquia federativa. P. 96

Pareceres de comissões

N. 131 – 1888. – Da comissão de fazenda, pensões se ordenados sobre meio soldo a D. Anna Rosa de Serra e Oliveira. P. 3

N. 132 – 1888. – Da mesma comissão, sobre melhoramento de reforma ao capitão de bombeiros Domingos Itacolomy Guanabara Ferreira. P. 3

N. 133 – 1888. – Da comissão de agricultura, comércio e obras públicas, sobre posse de terras a fazendeiros de São Paulo. P. 3

N. 134 – 1888. – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre licença ao desembargador Casimiro de Senna Madureira. P. 3

N. 135 – 1888. – Da comissão de agricultura, comércio e obras públicas, sobre salinas na província de Santa Catarina. P. 3

N. 136 – 1888. – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre aumento de vencimentos aos fiéis de armazém da Alfândega de Belém. P. 4

N. 137 – 1888. – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados do Arsenal de Guerra de Pernambuco. P. 4

N. 138 – 1888. – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos serventes da Tesouraria de Fazenda de Belém. P. 4

N. 139 – 1888. – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados da secretaria da inspeção do Arsenal de Marinha da Corte. P. 4

N. 140 – 1888. – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos guardas da Alfândega de Pernambuco. P. 4

- N. 141 – 1888.** – Da comissão de marinha e guerra, sobre pequena cabotagem, nomeação de comandantes e práticos, independente de carta de piloto. P. 53
- N. 142 – 1888.** – Da comissão de orçamento e contas, sobre pagamento a Leopoldo Cabral, ex-auxiliar da extinta comissão do açude de Quixadá. P. 89
- N. 144 – 1888.** – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, sobre isenção de imposto predial em favor das fábricas de tecidos estabelecidos no município neutro. P. 114
- N. 145 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre pagamento de soldo ao alferes Antonio Paes de Sá Barretto. P. 114
- N. 146 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre restituição à Companhia Cantareira e Esgotos da província de São Paulo. P. 114
- N. 147 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos ao corpo docente do Instituto dos Meninos Cegos. P. 114
- N. 148 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre pensão a Luiz Macario de Souza. P. 114
- N. 149 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre prêmio pecuniário à fábrica de papel estabelecida no Salto de Itu, província de São Paulo. P. 115
- N. 150 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos guardas da escola Politécnica. P. 115
- N. 49 B – 1888.** – Da mesma comissão, sobre emendas oferecidas ao projeto n. 49 deste ano, relativo à redução de impostos a diversas ordens terceiras do Império e ao Seminário de S. José da Corte. P. 115
- N. 143 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre aposentadoria a Luiz Francisco de Barros, conservador do gabinete de trabalhos gráficos da Escola Politécnica. P. 139
- N. 151 – 1888.** – Da comissão de polícia, sobre dispensa de serviço ao ajudante do porteiro da secretaria da Câmara dos Deputados, Alexandre Cyrillo Fernandes da Rocha. P. 179
- N. 152 – 1888.** – Da comissão de fazenda sobre relevação de prescrição em favor de Francisco Alexandre Coimbra de Macedo. P. 206
- N. 153 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre licença ao Dr. José Eduardo Freire de Carvalho Filho, lente catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia. P. 318
- N. 154 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre relevação de prescrição em favor de D. Gertrudes da Pureza Leal. P. 319
- N. 155 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre aposentadoria de José da Silva Porto. P. 319
- N. 156 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre inclusão no quadro dos empregados de fazenda aos ajudantes de fieis de armazém da Alfândega da corte. P. 349
- N. 157 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre isenção do imposto de transmissão em favor da Santa casa da Misericórdia da Feira de Sant'Anna, na Bahia. P. 349
- N. 158 – 1888.** – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos inspetores do Asilo dos Meninos Desvalidos. P. 349

N. 159 – 1888. – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos empregados do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul. P. 349

N. 160 – 1888. – Da mesma comissão, sobre pagamento de meio soldo a D. Maria de Nazareth dos Passos. P. 349

N. 161 – 1888. – Da mesma comissão, sobre diferença do meio soldo a D. Ignacia Francisca do Rego Monteiro. P. 383

N. 162 – 1888. – Da mesma comissão, sobre melhoramento de meio soldo a D. Anna Joaquina Leivas Barros. P. 383

N. 163 – 1888. – Da comissão de constituição e legislação, reconhecendo deputado pelo 9º distrito da província de Minas Gerais o Dr. Antonio Romualdo Monteiro Manso. P. 404

Representações

Da **Sociedade Promotora da Colonização e Imigração da província de Pernambuco**, pedindo a construção de um ramal de estrada de ferro da extinta colônia Socorro, atravessando o vale de Jacuípe, até Água Preta. P. 22

Da **Câmara Municipal da cidade do Jaguarão**, reclamando sobre impostos. P. 23

Da **Câmara Municipal da vila de Santo Ângelo**, na província do Rio Grande do Sul, pedindo diversos melhoramentos para a mesma província. P. 23

Dos **habitantes das comarcas de Monte Alto, Caetité, Rio de Contas e Brejo Grande, da província da Bahia**, sobre a necessidade do prolongamento da estrada de ferro Central, e pedindo uma disposição de lei que autorize o governo a determinar a respectiva construção. P. 101

Da **Assembleia Legislativa Provincial da Bahia**, sobre o mesmo assunto da antecedente. P. 102

Da **Câmara Municipal de Campinas**, pedindo que reverta para os cofres gerais o pagamento das custas nos processos criminais julgados pelo tribunal. P. 114

Dos **habitantes de Campo Belo**, em Minas Gerais, pedindo a consignação de quota no orçamento para provimento de termos e comarcas. P. 139

Da **Associação de Socorros Mútuos dos Empregados Provinciais da Bahia**, pedindo a isenção dos 15% sobre loterias que foram votados em seu benefício. P. 139

Dos **ex-proprietários de escravos dos municípios de Vianna, de Penalva, de S. Bento dos Perizes e do Alto Mearim, na província do Maranhão**, pedindo indenização. P. 140

Dos **habitantes da comarca de Bomjardim**, em Pernambuco, solicitando a construção de um ramal da estrada de ferro do Limoeiro até aquele ponto. P. 142

Da **Diretoria do Centro Agrícola Industrial da cidade de Pelotas**, província do Rio grande do Sul, contra o imposto criado pela Assembleia Provincial e solicitando províncias em benefício do comércio da referida província. P. 142

Da **Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados**, contra o aumento de impostos para o exercício de 1889. P. 162

Da **Câmara Municipal da cidade de Aiuruoca**, na província de Minas Gerais, pedindo a convocação de uma constituinte e indenização aos ex-proprietários de escravos. P. 163

Dos **habitantes da freguesia do Rio do peixe**, em Minas Gerais, pedindo indenização. P. 163

Dos **moradores da freguesia de N. S. das Dores da Capela Nova**, bispado de Mariana, pedindo que não seja aprovado o projeto de liberdade de cultos. P. 206

Da **Câmara Municipal de Ouro Fino**, província de Minas Gerais, lembrando a necessidade da convocação de uma constituinte. P. 206

Das **senhoras brasileiras**, contra o projeto de liberdade de cultos. P. 207

Dos **negociantes e proprietários do município do Curralinho**, contra o ponto de partida do ramal para Amargosa, da estrada de ferro Central da Bahia. P. 234

Dos **lavradores e proprietários do município de S. Sebastião do Paraíso, sul de Minas**, pedindo indenização do valor dos ex-escravos. P. 235

Da **Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco**, pedindo a indenização da ex-propriedade servil. P. 236

Da **Câmara Municipal da vila de Arauá**, província de Sergipe, fazendo idêntico pedido. P. 239

Da **Câmara Municipal do termo de Boquim**, província de Sergipe, fazendo idêntico pedido. P. 240

Da **Câmara Municipal da vila de Santo Ângelo**, província do Rio Grande do Sul, representando sobre a necessidade da criação de uma agência telegráfica na referida vila, ligando-se à de Cruz Alta. P. 252

Da **Câmara Municipal da cidade do Rio Preto**, província de Minas Gerais, pedindo a indenização a que têm direito os ex-proprietários de escravos em face do art. 104 da Constituição. P. 309

Dos **agricultores**, comerciantes e proprietários do município da vila de Picos, província do Maranhão, pedindo a decretação de uma medida legislativa no intuito de indenizar a desapropriação ordenada pela lei de 13 de maio deste ano. P. 309

Dos **agricultores**, comerciantes e proprietários do município do Rosário, comarca do Maranhão, sobre idêntico assunto. P. 310

Dos **fazendeiros e proprietários**, residentes na freguesia do Japão, província de Minas Gerais, representando contra a lei de 13 de maio deste ano, pedindo indenização do valor dos ex-escravos. P. 311

Dos **agricultores, comerciantes e proprietários** residentes no município de S. José dos Matões, província do Maranhão, pedindo indenização do valor dos ex-escravos. P. 311

Dos **lavradores e ex-proprietários** de escravos residentes na vila da Vargem Grande, pedindo indenização. P. 313

Dos **habitantes do município do Riachão**, província de Sergipe, pedindo indenização do valor dos ex-escravos. P. 314

Dos **habitantes da cidade da Christina**, província de Minas Gerais, pedindo que não se converta em lei o projeto de liberdade de cultos. P. 315

Da **Ilma. Câmara Municipal da Corte**, pedindo alteração da lei eleitoral no sentido de decretar-se o aumento da representação do município neutro da na Câmara dos Deputados e a exclusiva eleição dos seus representantes no Senado. P. 348

Do **Sr. Bispo do Pará**, sobre o projeto de liberdade de cultos. P. 351

Dos **lavradores, negociantes e proprietários** residentes no município de Guimarães, província do Maranhão, pedindo que os ex-senhores de escravos sejam indenizados dos prejuízos que lhes casou a lei de 13 de maio de 1888. P. 361

De **vários cidadãos brasileiros católicos residentes nesta Corte**, contra o projeto de liberdade de cultos. P. 385

Da **Assembleia Provincial de Minas Gerais**, contra o mesmo projeto. P. 386

De **vários católicos das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais** aderindo às representações dirigidas contra o mesmo projeto. P. 386

ORADORES

A

Affonso Celso, págs. 10, 98, 142.

Affonso Penna, págs. 63 (forças de terra), 159, 236, 237, 298 (orçamento da fazenda), 311, 315, 347, 382 e 395.

Alves de Araujo, págs. 27 (orçamento da agricultura), 396.

Americo de Souza, pág. 39.

Andrade Figueira, págs. 61, 08, 90, 100, 105, 109, 207 e 382.

Antonio Prado (ministério da agricultura), págs. 65 (orçamento da agricultura), 130 (interpelação do Sr. Rodrigues Peixoto).

Araujo Góes, págs. 24, 62, 104, 116, 139, 190 (orçamento da agricultura).

B

Barão de Geremoabo, págs. 180 e 389.

Barão do Guahy, págs. 251, 284.

Barão de Lucena (presidente), págs. 11, 89, 98, 122, 159, 160, 177, 180, 184, 244, 251, 311, 335, 341 e 343.

Bernardo de Mendonça Sobrinho, pág. 255.

Bezamat, págs. 11, 64 (força naval), 333 e 393 (orçamento da fazenda), 399.

Bulhões Carvalho, pág. 237.

C

Cantão, pág. 245.

Carlos Peixoto (1º secretário), pág. 23.

Carlos Peixoto, pág. 341.

Carneiro da Cunha, págs. 104, 371 (orçamento da agricultura).

Castrioto, pág. 44 (orçamento da guerra).

Christiano Luz, pág. 315, 321 (orçamento da agricultura).

Clarindo Chaves, pág. 49 (orçamento da guerra).

Coelho e Campos, pág. 267 (orçamento da agricultura).

Coelho Rodrigues, págs. 235, 273 (orçamento da agricultura), 342, 373 (orçamento da agricultura).

Costa Aguiar, pág. 318 (orçamento da agricultura).

Costa Pereira (ministro do Império), pág. 350.

Custodio Martins, págs. 2, 158, 342, 389, 393 (orçamento da fazenda), 395.

D

Dias Carneiro, pág. 311.

Domingues da Silva, págs. 1, 177, 363.

E

Elpidio Mesquita, pág. 75 (orçamento da agricultura), 182.

G

Gomes de Castro, págs. 140, 178, 184, 253, 309.

J

Jaguaribe, pág. 160.

João Alfredo (ministro da fazenda), págs. 325.

João Henrique, pág. 2.

João Penido, págs. 6, 23, 238.

Joaquim Nabuco, págs. 90 (fundamentação do projeto de federação), 304, 398.

Juvencio de Aguiar, págs. 11, 89.

L

Lacerda Werneck, pág. 193 (orçamento da agricultura).

Lourenço de Albuquerque, págs. 55, 89, 184 (orçamento da fazenda), 255, 345 (orçamento da fazenda).

Luiz Moreira, págs. 96, 98.

M

Mac-Dowell, pág. 108.

Maciel, págs. 122, 160, 252, 253, 389, 399.

Mancio Ribeiro, págs. 255, 384.

Marcondes Figueira, pág. 18 (orçamento da agricultura).

Matta Machado, págs. 395, 396.

Mattoso Câmara, págs. 104, 245 (orçamento da fazenda).

Milton, pág. 234.

Mourão, págs. 100, 139, 311, 340, 395.

O

Oliveira Ribeiro, págs. 12 (orçamento da agricultura), 239, 313.

Olympio Campos, pág. 155.

P

Passos Miranda, págs. 351, 374 (orçamento da fazenda).

Pedro Beltrão, págs. 105, 142.

Pedro Luiz, págs. 104, 107, 247 (orçamento da fazenda), 248 (orçamento da agricultura), 254, 324, 341, 343 (aditivos da agricultura).

R

Ratisbona, págs. 106, 123 (projeto n. 273, de 1882).

Ribeiro da Cunha, pág. 312.

Rodrigo Silva (ministro de estrangeiros), págs. 6, 10, 252, 253, 317, 335, 348.

Rodrigues Alves, págs. 340, 341.

Rodrigues Peixoto, págs. 2, 107, 124 (interpelação ao Sr. Ministro da agricultura).

T

Theodoro da Silva, pág. 384.

Torres Portugal, págs. 117, 122.

Z

Zama, págs. 11, 101, 242, 319 (orçamento da agricultura).